

CEDI

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

Folha de São Paulo

Class.:

4911

Data:

13.09.85

Pg.:

## Nova República ou velha antropofagia

EUNICE R. DURHAM

190  
"Não podemos sustentar d'outra sorte, senão com a carne e sangue dos miseráveis índios? Então eles são os que comem gente? Nós, nós somos os que imos comer a eles."

(Padre Antônio Vieira — 1608/1667 — in "Sermão da Epifania")

S e os governantes passados pareciam seguir à risca a frase "índio bom é índio morto" espera-se da Nova República que se dissocie dessa sangrenta história de carnificina e genocídio e, fazendo cumprir as leis brasileiras, atenda uma resolução aprovada em março último pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos. Tal resolução, n.º 12/85, já encaminhada ao governo brasileiro por aquele órgão representativo dos 31 países membros da OEA recomenda que se "proceda à delimitação e demarcação do Parque Yanomami, tal como a Funai propôs em setembro de 1984". Sem isso, é impossível evitar que a história se repita e os brancos acabem comendo até o último povo supostamente selvagem, a última grande nação indígena a conservar seus costumes e uma rica herança antropológica. No Brasil, quando se trata de índios, o desrespeito à lei e aos direitos humanos chega às raias do surrealismo. Ninguém iria imaginar uma comissão parlamentar invadindo a sede do Bradesco em Cidade de Deus ou as reservas das corporações sediadas à avenida Paulista para avaliar a possibilidade de franquear seus depósitos à rapinagem, sob o pretexto de que ali existe muito ouro para poucos banqueiros. Pois é o equivalente disso que poderá ser colocado em prática nos próximos dias, quando duas comissões do Congresso Nacional deverão seguir para a Serra de Surucucus, na fronteira do Brasil com a Venezuela e no coração do território ancestral do povo Yanomami, cedendo às pressões de políticos e empresários do Território de Roraima que usam — contra aquela nação indígena — o pretexto acima enunciado e qual certamente é sinônimo do mais deslavado banditismo.

Segundo o líder dos invasores, o empresário José Altino Machado, Surucucus é a porta de entrada para uma espécie de celeiro de ouro, diamantes e cassiterita. Dessa forma, o maciço rochoso que faz parte da Serra Parima, grandiosa formação geológica que corre ao longo de quinhentos quilômetros, na fronteira entre a Amazônia brasileira e a venezuelana é alçado à condição de néo-Eldorado, lugar mítico que, violado pelos "garimpeiros", poderia deflagrar a redenção econômico-financeira do Brasil. O absurdo de tudo isso fica visível quando se sabe que uma subsidiária da Companhia Vale do Rio Doce, a Docegeo, é taxativa ao defender a conversão da região em reserva nacional de minérios, uma vez que economicamente não há interesse em promover sua exploração, tendo em vista o fato dos mercados nacional e internacional estarem saturados de cassiterita.

Parima, para os índios, é o berço da humanidade em que vivem há milênios como Yanomami — "a gente de verdade". Conforme um recente Globo Reporter documentou, eles são os donos inmemoriais dessas terras-montanhosas inóspitas ao homem branco: último grande povo isolado das Américas, detém uma cultura tradicional quase integralmente preservada, pouco sabendo — ali, entre seus rios encachoeirados e picos inacessíveis — do assalto selvagem que se planeja executar contra suas vidas, cultura e contra as terras que ocupam.

Repetindo o que diz o velho padre Vieira, será que José Altino Machado não poderia sustentar-se de outra maneira a não ser com a carne e o sangue dos nossos índios? Todos devem se lembrar de que em fevereiro último ele planejou uma invasão de um a três mil garimpeiros contra o habitat dos índios, dando-lhes toda infraestrutura e apoio logístico. Alegou que o presidente Figueiredo havia assinado um decreto em dezembro de 1984 (revogado em seguida) permitindo a exploração de minérios em áreas indígenas, e que tal decreto

permitiria às companhias de mineração estrangeiras se apropriarem da Serra de Surucucus. E ele, unindo xenofobia com o ímpeto genocida de que falava o padre em seu sermão seiscentista, se dispôs a "defender" o Brasil...

Felizmente, a invasão foi sustada pela Funai, com reforço da Polícia Federal e apoio do governador de Roraima. Colocado em prisão preventiva, Machado, no entanto, ganhou a liberdade em seguida e agora se esmera em projetar uma auto-imagem de herói, de moderno e falso Robin Hood tropical que vai solucionar o problema dos sem-terra do Norte do País expropriando os Yanomami de seus lares em Surucucus. Através de lobby no Congresso e de pressão na imprensa de Manaus, passou a desfechar contínuos e sucessivos ataques aos defensores da incolumidade daquela nação indígena, especialmente a Comissão pela Criação do Parque Yanomami — CCPY. Vê-se, dessa forma, chegar ao auge a pressão que a descoberta de depósitos minerais nas zonas de Couto de Magalhães, Ericó e Surucucus, na década de setenta, desencadeou contra o lar Yanomami.

A demora em se definir a criação de um parque para preservar esse lar parece assegurar o extermínio daquela tribo. A 12.ª ou 13.ª proposta de delimitação e criação desse parque visando a proteção dos direitos dos índios à posse e ocupação de suas terras, elaborada em 1984 pela Funai, continua em estudos nos ministérios da Reforma Agrária e do Interior, enquanto o tempo corre e aumenta o mito de que os minérios de Surucucus quitariam a nossa própria dívida externa. Se descobertas de reservas minerais fossem capazes de realizar esse milagre, o Brasil há séculos não deveria nada a ninguém, pois a nossa história é toda marcada pela desenfreada pilhagem do subsolo que jamais conseguiu diminuir a miséria do nosso povo.

Duas pistas de pouso foram abertas no trecho de floresta amazônica habitado pelos Yanomami; os garimpeiros

não respeitam mais os limites da área indígena e estão avançando sobre as grotas e barrancos dos rios Ericó e Uraricaá, avançando com suas máquinas e mercadorias até a vizinhança de habitações indígenas. Corre em Boa Vista a notícia de que novo assalto ou invasão — como o de fevereiro último — está prestes a ocorrer.

O desfecho coincide com a ida àquelas terras fronteiriças de duas comissões parlamentares; a do índio, em visita organizada pelo deputado federal Mozerildo Cavalcanti que — pasmem! — defende o projeto de lei n.º 4417, abrindo Surucucus para extração mineral da Codesaima; e a Comissão de Minas e Energia, ciceroneada (pasmem ainda mais!) — por José Altino Machado, que propugna a livre garimpagem, já. Hoje, em flagrante desrespeito à lei, mais de seiscentos garimpeiros invasores já infiltraram pelos bosques sagrados dos silvícolas, criando uma situação de conflito iminente e desordem social de difícil controle.

O escândalo é que os continuados assaltos à terra Yanomami feitos da forma mais cínica e despuorida que se pode imaginar colidem com o decreto n.º 85.064, de 1980, onde se determina que a pesquisa, a lavra, a garimpagem, a exploração e o aproveitamento a qualquer título de recursos minerais na faixa da fronteira (150 km de largura), depende do consentimento prévio da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional. Trata-se ao mesmo tempo de uma afronta à lei e à Presidência da República.

Tudo isso exige pronta resposta do presidente José Sarney, sob pena de sua faixa presidencial acabe manchada de sangue, e a Nova República venha revelar-se a mesma velha antropofágica, igualzinha ou pior que suas antecessoras aos olhos da civilização e da História.

EUNICE R. DURHAM é professora de Antropologia no Departamento de Ciências Sociais da USP e membro da Comissão pela Criação do Parque Yanomami.